

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE HOTELARIA

ARIANE VIEIRA BARROS

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO, NA PERSPECTIVA DA DIRETORIA DE
ACESSIBILIDADE – CAMPUS SÃO LUÍS: estratégias e desafios.**

São Luís
2023

ARIANE VIEIRA BARROS

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO, NA PERSPECTIVA DA DIRETORIA DE
ACESSIBILIDADE – CAMPUS SÃO LUÍS: estratégias e desafios.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Bacharelado em Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Hotelaria.

Orientador: Prof. Dr. Cairo Cezar Braga de Sousa.

São Luís

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Vieira Barros, Ariane.

A Inclusão da pessoa com Deficiência na Universidade Federal do Maranhão, na Perspectiva da Diretoria de Acessibilidade - Campus São Luís: : estratégias e desafios / Ariane Vieira Barros. - 2023.

48 p.

Orientador(a): Cairo Cezar Braga de Sousa.

Monografia (Graduação) - Curso de Hotelaria, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Acessibilidade. 2. Educação. 3. Pessoa com deficiência. I. Braga de Sousa, Cairo Cezar. II. Título.

ARIANE VIEIRA BARROS

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO MARANHÃO, NA PERSPECTIVA DA DIRETORIA DE
ACESSIBILIDADE – CAMPUS SÃO LUÍS: estratégias e desafios.**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Hotelaria.

Orientador: Prof. Dr. Cairo Cezar Braga de Sousa.

Aprovado em __ / __ / __

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cairo Cezar Braga de Sousa - Orientador

Prof. (Professor Convidado)

Prof. (Professor Convidado)

Dedico este trabalho ao meu bom Deus, que tem me agraciado todos os dias com sua misericórdia, bondade e amor, me abençoando com sua graça. Ao meu pai, Edvaldo da Silva Barros (in memoriam), que com todo seu amor, trabalhou arduamente, para que eu tivesse as oportunidades de estudos que ele não teve, por sua dedicação e ensinamentos, que me fizeram chegar até aqui e ser a pessoa que sou hoje. À minha mãe, Maria Gonçalves Vieira, por ser a mulher que me inspira todos os dias. Aos meus irmãos Alexandre e Allan, por sempre torcerem por mim e por suas palavras de positividade e orações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por ter me dado forças todo esse tempo e não desistir de concluir o curso, mesmo com tantas adversidades que surgiram no caminho. Agradeço a minha mãe, que sempre está me apoiando e incentivando, por se preocupar e cuidar de mim como ninguém, mesmo com suas “limitações”, por ser minha amiga e orações. Aos meus irmãos Alexandre e Allan por me apoiarem e acreditarem que tudo daria certo.

As minhas amigas que se tornaram irmãs, que são meus presentes enviados por Deus, Isabelle e Jéssica pelo amor e apoio incondicional e por todo o suporte que me proporcionam na vida. Ao meu amigo Clemilson, que surgiu de repente, depois de anos na UFMA e tem me acompanhado desde então. Nessa reta final, tem me ajudado muito para que eu consiga encerrar esse ciclo.

Ao Pastor Itamar, irmã Rosa e Isac por terem me acolhido e dado todo o suporte no momento mais difícil que vivi. Por serem minha segunda família aqui. A minha amiga Carliane e ao meu amigo Rafael por me ouvirem e apoiarem em toda essa reta final. As minhas meninas: Camila, Daniela, Karyne e Rhayanne, que fizeram parte dessa trajetória comigo, compartilhando do dia a dia e da vida.

As minhas vizinhas Dona Nazaré e Vitória, que muito fizeram e fazem por mim, por cuidarem da minha mãe e irmão enquanto ficava fora, sem elas não teria conseguido. Ao Fábio que faz parte da administração da coordenação de Hotelaria, sempre prestativo, atento as nossas demandas e necessidades, disposto a buscar soluções para os nossos problemas... se tornou uma pessoa muito especial na minha história .

Por fim, agradeço ao meu orientador, Profº. Cairo, que me incentivou até o último minuto a não desistir, por acreditar que iria dar certo. Em nenhum momento foi ausente na orientação, pelo contrário, estava sempre disponível para ajudar. É gratificante saber que existem profissionais como o senhor na educação.

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino é de grande importância. Através dela, este seleto grupo de pessoas desenvolve suas habilidades que por muitas vezes passam despercebidos pela sociedade. O objetivo desta pesquisa foi desenvolver um estudo acerca das estratégias utilizadas na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para receber e incluir as pessoas com deficiência no meio acadêmico de forma segura e eficaz. Sendo objetivo desta pesquisa, fazer uma análise de como tem se desenvolvido tais estratégias e a importância da Universidade em relação à inclusão da pessoa com deficiência (PcD) na sociedade acadêmica, tendo como objeto de estudo a Diretoria de Acessibilidade – Campus São Luís, levando em consideração os meios que são utilizados para oferecer um ensino de qualidade e de forma adequada aos seus alunos em questão, bem como as dificuldades ainda enfrentadas quando se trata de tal assunto. Para isso foi elaborado um estudo de natureza bibliográfica-documental com investigação qualitativa através de entrevista realizada junto à diretora da Diretoria de Acessibilidade. Os dados foram coletados e organizados a partir de uma categorização previamente elaborada e analisadas por meio do método de análise de conteúdo. Constatou-se que a universidade possui recursos para as aplicações voltadas ao acompanhamento, desenvolvimento e acessibilidade dos alunos com deficiência. Em relação à percepção da entrevistada no que tange a inclusão e ações de acompanhamento, relata que a universidade conta com a Diretoria de Acessibilidade dando todo suporte necessário tanto de equipamentos, bem como salas de apoio em todos os prédios da instituição.

Palavras-Chave: Pessoa com deficiência. Acessibilidade. Educação. Ensino superior.

ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities in educational institutions is of great importance. Through it, this select group of people develops their skills that often go unnoticed by society. The objective of this research was to develop a study about the strategies used at the Federal University of Maranhão (UFMA) to welcome and include people with disabilities in the academic environment in a safe and effective way. The objective of this research is to analyze how such strategies have been developed and the importance of the University in relation to the inclusion of people with disabilities (PwD) in academic society, with the Accessibility Directorate – Campus São Luís as the object of study, taking into account the means that are used to offer quality education in an appropriate manner to the students in question, as well as the difficulties still faced when it comes to this subject. For this purpose, a bibliographic-documentary study was prepared with qualitative research through an interview carried out with the director of the Accessibility Department. The data was collected and organized based on a previously prepared categorization and analyzed using the content analysis method. It was found that the university has resources for applications aimed at monitoring, development and accessibility for students with disabilities. Regarding the interviewee's perception regarding inclusion and follow-up actions, she reports that the university has the Accessibility Department providing all necessary support, both in terms of equipment, as well as support rooms in all of the institution's buildings.

Keywords: Person with disability. Accessibility. Education. University education.

LISTA DE QUAROS

Quadro 01: Principais movimentos em prol da educação inclusiva	28
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PCD:	Pessoa com Deficiência
PPD:	Pessoas Portadoras de Deficiência
PNE:	Pessoas com Necessidades Especiais
PNEE:	Pessoas com Necessidades Especiais Educacionais
OMS:	Organização Mundial da Saúde
DACES:	Diretoria de Acessibilidade
UFMA:	Universidade Federal do Maranhão
ICIDH:	<i>International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps</i> (Classificação Internacional de Deficiências, Deficiências e Deficiências)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	15
2.1 Fase da Exclusão.....	16
2.2 Fase da Segregação.....	18
2.3 Fase da Integração	20
2.4 Fase da Inclusão.....	22
3. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DA DEFICIÊNCIA.....	24
4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR.....	27
5. METODOLOGIA.....	31
5.1 Tipo de Pesquisa	31
5.2 Instrumento de Coleta.....	31
5.3 Tratamento dos Dados.....	32
6. RESULTADOS	33
6.1 Concepção sobre Educação Inclusiva	33
6.2 Concepção sobre Ações de Acompanhamento	35
6.3 Concepção sobre Projetos	36
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICES	42

1 INTRODUÇÃO

A deficiência por muito tempo foi vista como algo que impedia o indivíduo de conviver em sociedade e terem seus direitos respeitados. Eram vistos como aberrações e até mesmo como seres amaldiçoados. Com o passar dos séculos pode-se observar a mudança de comportamento da sociedade em relação à pessoa com deficiência (PcD), embora ainda exista muito a ser feito.

A literatura relata que, na antiguidade as pessoas com deficiência eram abandonadas ou sacrificadas devido às suas condições que não eram aceitas pela sociedade. Para eles essas pessoas eram consideradas inúteis, não tinham serventia. Fazendo assim, que o único caminho para estes indivíduos fosse a execução de tais.

Já na era cristã associavam a pessoa com deficiência aos maus espíritos e a bruxaria, porém eram de certa forma, aceitos na sociedade por conta das morais e dos costumes estabelecidos nessa época, a igreja atuava como defensora dessas pessoas e as acolhiam, mantendo longe do convívio social. Aos demais que não encontravam abrigo, restavam-lhes trabalhar em circos ou para a corte, servindo de palhaços e sofrendo humilhações.

Mais tarde, deu-se início a criação de instituições para que servissem de abrigo para as PcD, onde se questionavam a situação de permanência destas pessoas nesses ambientes, chamados até de depósitos humanos, em que viviam em situações precárias. Mas com o avanço da medicina e a mudança dos paradigmas no que se refere à pessoa com deficiência, abriu portas para um novo conceito e transformação da qualidade de vida das PcD.

A inclusão social surgiu como estratégia para romper as barreiras por muito tempo estabelecidas na sociedade relativas em ignorar os direitos das pessoas com deficiência. Diferentemente do passado que os impediam de conviver em sociedade, hoje o mundo abre cada vez mais espaços para que possam ser inseridas na sociedade, adaptando o meio a eles e não o contrário, como no processo de integração.

Por isso a importância da inclusão da pessoa com deficiência (PcD) na sociedade deve ser discutida com um olhar mais amplo por todos, pois embora já tenha apresentado um avanço, é possível ainda que tenham falhas no meio do

processo por não se ter pleno entendimento para que se possa atender as necessidades de cada um.

A educação se torna primordial nesse processo, pois é lá que se formam pessoas que podem contribuir para a facilidade do acesso dessas pessoas nos mais variados segmentos da sociedade. Mesmo com toda a evolução para inserir estes indivíduos em sociedade, que garantem seus direitos básicos, o ambiente escolar/acadêmico por meio de pesquisas e ações podem e devem muito melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

Baseado nesse novo cenário, surgiu o interesse em pesquisar sobre o desenvolvimento de ações inclusivas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para receber e incluir as pessoas com deficiência no meio acadêmico de forma segura, eficaz e igualitária e tendo como objetivo fazer uma breve reflexão sobre a importância da Universidade em relação à inclusão da pessoa com deficiência (PcD). O principal objeto de estudo foi a Diretoria de Acessibilidade da mesma, em vista dos alunos que estão inseridos nesta classificação.

Foram levados em consideração as estratégias criadas para oferecer um ensino de qualidade e de forma adequada aos seus alunos em questão, assim como os recursos materiais, estruturais, organizacionais e humanos que facilitem esse processo, assim como os desafios que ainda se encontram no processo de inclusão.

Para isso foi feito em primeiro momento, um breve histórico enfatizando as principais fases desse percurso vivenciadas pelas PcD. Visando que haja uma melhor compreensão da trajetória da PcD na humanidade, desde a primitividade aos dias atuais, a fim de que se consiga entender que essas pessoas por muito viveram em situações de extremo descaso e negligência familiar, religiosa, política, educacional e de saúde. A forma como se “vê” o indivíduo com deficiência é modificada de acordo com os valores sociais, morais, filosóficos, éticos e religiosos adotados pelas diferentes culturas em diferentes momentos históricos. (PACHECO E ALVES, 2007).

O terceiro capítulo dispõe do conceito e classificação da deficiência, levando em consideração o que aponta a autora Amiraliam (2001). Para que se possa melhor entender no que diferem cada uma.

O quarto capítulo enfatizou a importância histórica dos movimentos em prol da educação inclusiva no mundo, pontuando alguns destes movimentos. Seguido

do quinto capítulo, onde se apresentou a metodologia da pesquisa e, os resultados da pesquisa dispostos no sexto capítulo.

Assim, o intuito dessa pesquisa foi de contribuir para que novos olhares e percepções sobre a realidade da inclusão social e educação inclusiva sejam obtidas dentro da universidade, para que possam gerar mais ações inclusivas significativas dentro e fora da instituição, sendo participantes acadêmicos e cidadãos ativos e efetivos no apoio a inserção das PcD de maneira geral. Baseados no conhecimento de suas trajetórias na humanidade e na nossa própria universidade.

2 HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A história traz em seu bojo um numerário imenso de exclusões e notória desestabilização quanto a igualdade e inclusão de pessoas com deficiência, compreendendo-se assim como uma luta árdua em busca de posicionamento estatal em dispor de políticas públicas e igualdade de direitos, bem como reconhecimento das pessoas com deficiência enquanto seres humanos.

Percorrendo os períodos da história universal, desde os mais remotos tempos, evidenciam-se teorias e práticas sociais segregadoras, inclusive quanto o acesso ao saber. Poucos podiam participar dos espaços sociais nos quais se transmitiam e se criavam conhecimentos. [...] os indivíduos com deficiências, vistos como “doentes” e incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando, no imaginário coletivo, a posição de alvos da caridade popular e da assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito a educação. Ainda hoje, constata-se a dificuldade de aceitação do diferente no seio familiar e social, principalmente do portador de deficiências múltiplas e graves, que na escolarização apresenta dificuldades acentuadas de aprendizagem (BRASIL, 2004, p. 322).

Notoriamente, foi um longo caminho em busca de melhorias para inclusão das pessoas com deficiência, não sendo tão fácil a sua jornada, visto que a sociedade sempre colocou em pé de desigualdade, excluindo, tratando os seres humanos como úteis e não úteis, por meio da classificação de uma sociedade nobre e uma sociedade de populares, ou seja, não se colocava como análise se era um ser humano e dispunha de sentimentos, sensações e vida, mas tão apenas, de sua utilidade (ARANHA, 2005).

Biblicamente observa-se que todos aqueles que eram invalidados diante de suas condições físicas e mentais, eram colocados na posição de mendigos, que possuíam doença, leprosos, pessoas amaldiçoadas; por outro lado na literatura antiga eram colocados como os “bobos da corte”, que serviam tão somente para divertimento dos outros (ARANHA, 2005).

Sob o viés do Cristianismo, as pessoas com deficiência vistas como pessoas enfermas, tinham que viver sob a caridade da sociedade, não podendo realizar atividades do cotidiano como os demais. Historicamente, durante o período

protestante, constam registros que segundo ARANHA (2005) descrevem que as pessoas com deficiência eram vistas como ameaça evidente para a Igreja, indo ainda de encontro com o que o período medieval apresentava, que sob a sua perspectiva essas pessoas eram em suma, demoníacas.

Com o fim da era em que imperava a Religiosidade, a medicina em pleno período de Revolução Burguesa e início do capitalismo mercantil, adveio o avanço da medicina e suas pesquisas, vindo esta no século XVII com a tese da organicidade a qual trouxe em seu entendimento que trata-se de processo natural do ser humano; por conseguinte, no século XVIII surgiu a tese do desenvolvimento por meio da estimulação, colocando a priorização do ensino em prol do desenvolvimento das pessoas com deficiência (ARANHA, 2005).

Ademais:

Ao longo dessa trajetória, verificou-se a necessidade de se reestruturar os sistemas de ensino, que devem organizar-se para dar respostas as necessidades educacionais de todos os alunos. [...] o principal direito refere-se à preservação da dignidade e a busca da identidade como cidadãos. Esse direito pode ser alcançado por meio da implementação da política nacional de educação especial. Existe uma dívida social a ser resgatada. (BRASIL; 2004; p. 324).

E é diante dessa dívida social que se busca uma maior visibilidade e adesão de medidas, políticas públicas que possibilitem assegurar e proteger a dignidade humana das pessoas com deficiência, em um contexto histórico cheio de exclusões e teorias absurdas, a busca pela visibilidade e proteção é cada vez mais notória e necessária, visto que ainda tem muito caminho a percorrer.

Nesse sentido, diante do que fora historicamente exposto, é importante que se compreenda sobre as suas fases, sendo estas: a fase da exclusão, da segregação, da integração e da inclusão. Para que se tenha um completo entendimento acerca da temática abordada e o objetivo da presente pesquisa.

2.1 Fase da exclusão

Mediante o que já fora exposto acima, observa-se claramente que a fase de exclusão é aquela em que a pessoa com deficiência enfrenta na sua vida inicial, por vezes ainda no seio familiar, sendo visto como uma pessoa que apenas vai trazer sofrimento para a família, não vai ajudar em nada e ser apenas um problema e assim por diante, inclusive na sociedade. Um pensamento enraizado por séculos na própria sociedade e assim, difundido no seio familiar.

Nesse sentido, observa-se:

De acordo com os historiadores a sobrevivência de uma pessoa com deficiência nos grupos primitivos de humanos era impossível, porque o ambiente era agressivo e ríspido e essas pessoas representavam um fardo para o grupo. Só os mais fortes sobreviviam e era, inclusive, muito comum que certas tribos se desfizessem das crianças com deficiência (PEREIRA: 2017; p. 84).

Com isso, as pessoas com deficiência diante de sua fragilidade e especificidades, eram excluídas das suas próprias famílias e da sociedade, porque eram vistas como pessoas que não possuíam capacidades suficientes de sobrevivência no meio destes, tal como exposto pelo autor, o ambiente era notoriamente agressivo e ríspido, não existindo nenhum interesse por parte das pessoas em buscar compreender as diferenças uns dos outros e assim, buscar incluí-las.

A política, de Aristóteles, Livro VII, Capítulo XIV, 1335 b – Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida). (GUGEL: 2007, p. 63).

Além disso, era algo que já possuía dispositivo tratando sobre a obrigatoriedade dos pais não criarem crianças que nasciam com malformações, indo além, quando ainda em desenvolvimento no ventre materno, estes deveriam ser abortados sob risco de nascerem nessas condições, não permitidas pelo Estado. Contrapartida, em Roma, os pais poderiam inclusive tirar a vida dos filhos

que nasciam com deficiências, ato este que deveria ocorrer por meio de afogamento.

Diante do exposto,

Já em Roma, suas leis não eram favoráveis as pessoas que nasciam com deficiência. Aos pais era permitido matar as crianças com deformidade físicas, pela prática do afogamento. Relatos nos dizem que os pais também abandonavam seus filhos em cestos no Rio Tibre, ou em outros lugares sagrados. [...] até então as pessoas deficientes foram discriminadas, afastadas e excluídas da convivência com outras pessoas consideradas “normais”. Denomina-se este período de paradigma da exclusão/ eliminação. (PEREIRA: 2017; p. 85).

Os tempos antigos remontam um tempo de horror, trazendo a tona a exclusão por meio de métodos inimagináveis de dor e sofrimento a seres tão indefesos, ainda mais, por sua condição de deficiência e incapacidade para subsidiar suas próprias vidas. Historicamente, o período da exclusão foi marcado por derramamento de sangue de inocentes, indefesos e que não podiam compreender o porquê das suas limitações e malformações.

2.2 Fase da segregação

Essa fase deu-se com o surgimento da era cristã, onde as pessoas com deficiência já não podiam mais serem exterminadas devido aos valores cristãos, mas eram mantidas isoladas da sociedade e de suas famílias e dependiam da caridade de outros. Os locais que abrigavam essas pessoas eram em sua maioria de responsabilidade da igreja ou da corte. Pode-se observar que:

No vitorioso Império Romano surgiu o cristianismo. A nova doutrina voltava-se para a caridade e o amor entre as pessoas. As classes menos favorecidas sentiram-se acolhidas com essa nova visão. O cristianismo combateu, dentre outras práticas, a eliminação dos filhos nascidos com deficiência. Os cristãos foram perseguidos, porém alteraram as concepções romanas a partir do Século IV. Nesse período surgiram os primeiros espaços de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiências. (PEREIRA; 2017; p. 85).

Por mais que se busque o acolhimento dessas pessoas, é notável a percepção que a sociedade daquela época tem em relação a esses indivíduos. Tais indivíduos passaram a serem vistos como seres com alma, portanto, filhos de Deus, contudo, seus corpos diferem de suas almas. Como diz ZAVAREZE (2009) a dicotomia entre corpo diferente/alma reforçava a idéia da alma percebida como templo de Deus e corpo visto como “oficina do diabo”. O que levou a diferentes opiniões e conflitos na época, de acordo com (Pereira, 2017, p. 86):

No Século XV o Príncipe de Anhalt, na Alemanha saxônica, desafiou publicamente o reformador religioso Martinho Lutero, não cumprindo sua ordem de afogar crianças com deficiência intelectual. Lutero afirmava que estas pessoas não possuíam natureza humana e eram usadas por maus espíritos, bruxas, fadas e duendes. Os Séculos XVI e XVII em toda a Europa foram marcados pela massa de pobres, mendigos e pessoas com deficiência.

Segundo ZAVAREZE (2009) nessa fase começa a aparecer as instituições que serviriam de “depósito” para as pessoas consideradas deficientes. Já que o objetivo era a segregação não existia o interesse no tratamento, cuidado e inserção dessas pessoas na sociedade. Entretanto, PEREIRA (2017) considera que:

Durante os séculos XVII e XVIII houve grande desenvolvimento no atendimento às pessoas com deficiência em hospitais. Havia assistência especializada em ortopedia para os mutilados das guerras e para pessoas cegas e surdas. Philippe Pinel (1745-1826) explicou que pessoas com perturbações mentais devem ser tratadas como doentes, ao contrário do que acontecia na época, quando eram tratados com violência e discriminação.

Sendo assim, todo esse desenvolvimento da atenção aos deficientes e criação de hospitais, não configuram características humanitárias ou de equidade social, mas que apenas atendiam as necessidades orgânicas sem atender os aspectos psicossociais do ser humano, conforme PACHECO e ALVES (2007).

É possível perceber que o direito a educação ainda era algo que essas pessoas não possuíam, mesmo com a criação de instituições que deixavam mais evidente essa segregação. O avanço da medicina começava corroborar para que a deficiência seja vista como “doença”, passiva de tratamento especializado e servindo de justificativa para a não aceitação dessas pessoas no ensino regular como assegurado abaixo:

Nesse período histórico da humanidade as escolas não se abriam para as pessoas com deficiência, consideradas “doentes”, “pacientes”, “surgiram às escolas e classes especiais, como espaço exclusivo para aqueles cuja deficiência motivou rejeição da escola regular, sob a justificativa da necessidade de um atendimento especializado médico, clínico especializado, porém não pedagógico” (MENICUCCI, 2006, p. 10). Historicamente, é vivido o paradigma da segregação, que representa o isolamento e a institucionalização dos deficientes. (PEREIRA; 2017; p. 87).

A segregação mostra que a pessoa com deficiência passa a “existir” para sociedade, mas são banidas do convívio social e passam a viver de forma isolada em instituições criadas e administradas pela igreja que detinham poder naquela época. Contudo, eram vítimas de descasos e humilhações pela corte e pela população, que lhes obrigavam a servir de “bobos” em palácios e circos, não recebiam tratamento adequado nos lugares que foram criados para tal. Eram marginalizados por alguns fiéis que criam os deficientes eram seres possuídos por espíritos malignos advindas de crenças do período anterior.

2.3 Fase da integração

Essa terceira fase é marcada pelo acesso da pessoa com deficiência nas chamadas escolas especiais, as quais visavam atender as demandas referentes à educação entre o final do século XIX e início do século XX. ZAVAREZE (2009. p. 02) afirma que houve um grande crescimento dessas escolas, tanto públicas quanto privadas, sem fins lucrativos e assim, exímia o governo da obrigação de atendimento e assistência aos deficientes.

Havia também uma grande preocupação devido as grandes guerras e conflitos políticos existentes com a reabilitação de ex-combatentes que voltavam com sequelas dos campos de batalhas. A sociedade organizava-se em busca de tratamentos e qualidade de vida para estes.

Pontua-se o seguinte:

O Século XX trouxe avanços importantes para as pessoas com deficiência, sobretudo em relação às ajudas técnicas ou elementos

tecnológicos assistivos. Os instrumentos que já vinham sendo utilizados (cadeira de rodas, bengalas, sistema de ensino para surdos e cegos, dentre outros) foram se aperfeiçoando. A sociedade, não obstante as sucessivas guerras se organizaram coletivamente para enfrentar os problemas e para melhor atender a pessoa com deficiência. (PEREIRA; 2017).

PACHECO E ALVES (2007, p. 245), reiteram que:

Segundo Amaral, na segunda metade do século XX surgem outras visões menos preconceituosas em relação à deficiência e à pessoa com deficiência física. No entanto, o período ainda é marcado por oscilações entre posturas organicistas (visando o assistencialismo), interacionistas (visando à educação e a reabilitação física da pessoa com deficiência) e holísticas (visando reabilitação bio-psico-social que considera o indivíduo como um todo).

Mesmo que já se tenha alcançando novos parâmetros no modo de integrar a PCD no sistema educacional é perceptível as limitações que o mesmo impõe, tendo em vista que a educação só era concedida até onde permitia a capacidade deste indivíduo. Deste modo, deixando implícito que a PCD somente podia ser integrada a sociedade em geral dentro de sua utilidade e capacidade desenvolvidas com os auxílios a elas designadas.

Diz-se ademais que:

A integração social foi, reconhecidamente, uma prática que inseria a pessoa com deficiência na sociedade. No entanto, isso só ocorria nos casos em que o deficiente estivesse de alguma forma capacitado a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existentes. Isso corresponde a um esforço unilateral da pessoa com deficiência, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, não satisfazendo, assim, os direitos de todas as pessoas com deficiência à equiparação de oportunidades. (PACHECO E ALVES, 2007, p. 25).

Por mais que houvesse toda uma movimentação para que fosse integrada a PCD ainda enfrentava várias dificuldades nesse extensivo caminho. As condições eram precárias nos lugares designados como ambientes educativos, os professores não eram preparados para lidarem com a realidade de uma pessoa com deficiência e as estruturas não atendiam a esse público, que de acordo com ZARAVEZE (2009, p. 2):

A realidade social da pessoa com deficiência mesmo na década de 80, em que houve forte luta pelos seus direitos e a mudança na Constituição Federal Brasileira que garantiu a integração escolar e o atendimento educacional demonstra que na prática a realidade é diferente daquela que as leis afirmam. O fracasso dos professores em relação às pessoas com deficiência, a má estrutura arquitetônica que não colabora com a inserção, a falta de empenho e/ou desconhecimento do que se é possível fazer com aquele que é diferente representa alguns aspectos que precisam ainda ser mudados.

Sobreveio então, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o qual dispôs em seu texto sobre a pessoa com deficiência, sendo um importante marco histórico e caracterizando evidentemente a fase da integração, um alvoroço nas instituições foi formado, pois tinha-se que buscar de qualquer forma a inserção das pessoas com deficiência como seres humanos dignos e detentores de direitos e tudo isso se deu por meio da inserção dessas pessoas sob aperfeiçoamentos quanto as suas necessidades, sendo evidente a organização quanto as pessoas com deficiência física, auditiva e visual.

Buscou-se nessa fase, romper parâmetros já estabelecidos advindos de uma história enraizada e caracterizada pela exclusão e teorias absurdas. Nesse novo contexto tem-se a valorização das pessoas com deficiência em face da sua dignidade enquanto ser humano, sendo colocado sobre a obrigatoriedade de cuidados e reconhecimento quanto a sua inserção na sociedade para que se tenha uma complementação quanto aos cuidados e assistências especiais de que precisa.

2.4 Fase da inclusão

O processo de inclusão levou grande tempo, um dos fatos marcantes ocorreu na década de 1970 quando foi publicado um documento que trouxe contribuições para integração e inclusão para alunos com deficiência, o relatório *Warnock Report*, que teve trouxe à tona as necessidades destes estudantes para um melhor aprendizado.

O Warnock Report veio deslocar o enfoque médico nas deficiências dos educandos para um enfoque na aprendizagem escolar de um currículo ou de um programa, representando a passagem do paradigma médico ou

médico-pedagógico para o paradigma ou modelo educativo inclusivo. Ao polarizar a atenção no programa escolar, o relatório passa a considerar o conjunto dos estudantes que ao longo de toda a sua escolaridade vão manifestando, num ciclo ou noutro, dificuldades que revelam a necessidade de disporem de meios apropriados para poderem desenvolver as aprendizagens propostas. (PEREIRA; 2017; p.91).

A partir da segunda metade da década de 90 basicamente, que se deram os primeiros passos para uma sociedade mais inclusiva, com a criação de institutos que atendiam as necessidades das pessoas com deficiência, tanto no que se refere a assistência médica e, principalmente, educacional onde houve uma evolução bem significativa para essas pessoas. (PEREIRA, 2017).

Ao longo do tempo, as terminologias que representam os deficientes evoluíram. Pereira (2017, p.94, 95), apresenta essas terminologias em quatro termos que são:

1. *Pessoas com Deficiência* - é o termo mais recente sugerido como adequado por Romeu Sassaki, que é consultor da área de Inclusão Social;

2. *Pessoas Portadoras de Deficiências (PPD)* - termo utilizado em todas as documentações estaduais e federais e, por este motivo, é o termo empregado por muitas autoridades e pessoas que lidam na área; portanto não mais usual no contexto da inclusão;

3. *Pessoas com Necessidades Especiais (PNE)* - as pessoas com necessidades especiais, não necessariamente, possuem uma deficiência. Exemplos: pessoas com obesidade, diabetes, etc, apresentam algumas necessidades especiais, mas não apresentam uma deficiência física, visual, auditiva, intelectual ou múltipla. Portanto, este termo não é considerado adequado para ser utilizado para identificar pessoas com deficiência;

4. *Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEE)* - nem todas as pessoas com deficiência necessariamente precisam de metodologia ou recursos educacionais especiais. Portanto, não é um termo adequado para ser utilizado para identificar pessoas com deficiência, de forma geral. O Parâmetro utilizado pela Organização Mundial de saúde (OMS) de 10% da população de países desenvolvidos como sendo *Pessoas com Deficiência*.

ARANHA (2001, p. 15) pontua que o processo de normalização foi fundamentado pela necessidade de inserir a pessoas com deficiência na sociedade

como forma de ajudá-los a terem condições e um padrão de vida o mais próximo da normalidade possível, esse processo acabou tendo apoio filosófico para o movimento de desinstitucionalização, levando ao afastamento das pessoas das instituições e favorecendo a criação de programas comunitários para que melhor pudessem atender as suas necessidades.

A inserção da pessoa com deficiência deixa de ser vista como um modelo onde o indivíduo com deficiência deve se adequar aos parâmetros da sociedade e passa a ter um novo significado, em que a sociedade deve se adequar a realidade dessas pessoas, criando espaços e estruturas que lhes permitam viver de forma em que sua integridade e direitos são respeitados e preservado. Vários movimentos foram criados afim de debater e assegurar os direitos dessas pessoas como cidadãos. Como pode-se observar:

Em função de tal debate, a idéia da normalização começou a perder força. Ampliou-se a discussão sobre o fato da pessoa com deficiência ser um cidadão como qualquer outro, detentor dos mesmos direitos de determinação e usufruto das oportunidades disponíveis na sociedade, independente do tipo de deficiência e de seu grau de comprometimento. (ARANHA, 2001, p. 18)

O processo de inclusão social passa a ser um movimento bilateral, onde a sociedade se adapta para incluir as pessoas com deficiência em seus sistemas e estas por outro lado, preparam-se para assumir seus papéis nela em busca de investigar problemas e solucioná-los para assim igualar as oportunidades a todos.

PACHECO e ALVES (2007, p. 246) apontam que segundo Bartalotti, a inclusão social está apoiada no princípio da igualdade, não no sentido de negar as diferenças existentes, mas sim na igualdade de direitos para que as pessoas possam participar da sociedade.

3 CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DA DEFICIÊNCIA

É imprescindível que se faça uma análise quanto a conceituação e demais disposições acerca das pessoas com deficiência. A busca pela especificação e compreensão quanto as “doenças” remontam ao Século XVIII, momento em que os

médicos começavam a realizar análise em pacientes com vários tipos de limitações e não sabiam como diagnosticar ou chegar a um laudo conclusivo sobre.

Na IX Assembleia da OMS, em 1976, surgiu uma nova conceituação, a Internacional Classification Of Impairments, disabilities, and handicaps: a manual of classification relating to the consequences of disease (ICIDH), sendo sua tradução a classificação Internacional de deficiências, incapacidades e desvantagens: um manual de classificação das consequências das doenças (CIDID), publicada em 1989. [...]

A ICIDH propõe uma classificação da conceituação de deficiência que pode ser aplicada a vários aspectos da saúde e da doença, sendo um referencial unificado para a área. Estabelece, com objetividade, abrangência e hierarquia de intensidades, uma escala de deficiências com níveis de dependência, limitação e seus respectivos códigos, propondo que sejam utilizados com a CID pelos serviços de medicina, reabilitação e segurança social. (AMIRALIAN et al., 2000, p. 98)

Nesse sentido, para que se tenha uma melhor compreensão acerca da conceituação das pessoas com deficiência, é necessário compreender cada especificidade por meio de uma classificação já elencada pela ICIDH que é o principal entendimento pela Organização Mundial de Saúde, conforme se observa, buscando compreender por meio da conceituação de deficiência, incapacidade e desvantagem.

AMIRALIAN et. al (2000; p. 98), apresenta três conceitos e os especifica em:

1. *Deficiência* - perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão;

2. *Incapacidade* - restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária;

3. *Desvantagem* - prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo

com a idade, sexo, fatores sociais e culturais caracterizasse por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência.

Compreende-se assim, como sendo deficiência toda e qualquer alteração em que comprometa funções dos órgãos da pessoa, inclusive anatomicamente, seja de forma definitiva ou ainda que passageira, fato este que acaba delimitando as movimentações da pessoa; além disso, elencam sobre a incapacidade, a qual aduz sobre a impossibilidade daquela pessoa conseguir executar suas atividades rotineiras, porque de alguma forma aquela deficiência lhe limita, gerando assim a incapacidade e notoriamente, inviabilizando a execução de determinadas atividades.

Por fim, descreve sobre a desvantagem, como sendo resultante das conceituações descritas anteriormente, porque a pessoa possui uma deficiência diante de malformação de algum órgão, que gera automaticamente a sua incapacidade e impossibilidade de realizar atos de sua vida rotineiramente, ensejando automaticamente em uma desvantagem, a dificuldade evidente da pessoa no dia a dia.

Partindo dessa compreensão, buscou-se delimitar sobre como se poderia chegar a conceituações ainda melhores com observância dos quadros clínicos de cada pessoa, haja vista cada uma possuir suas especificidades.

AMIRALIAN et. al (2000), reforça essa ideia:

Na sua classificação da incapacidade haveria seis conceitos: (A) doença, distúrbio ou dano; (B) perda ou anormalidade de função psicológica, fisiológica ou anatômica devido a (A); (C) restrição ou falta de habilidade na atividade devido a (A) ou (B); (D) desvantagem que limitaria ou impediria o desempenho de papéis sociais devido a (B) ou (C); (E) desvantagem que limitaria ou impediria o desempenho de papéis sociais devido a (F); (F) estrutura social, atitudes e meios, relacionados a (A). Enfatizou que o problema estaria nos rótulos. Discutiu os modelos médico e social, identificando a “normalização” como o eixo básico do primeiro, que deixaria de lado as propostas de transformação social. Propôs um modelo de incapacidade: (A) condição ⇒ (B) deficiência ⇒ (C) incapacidade ⇒ (D) desvantagem ⇒ (E) discriminação ⇒ (F) ambiente, que deveria ser associado a um modelo positivo: (A) condição ⇒ (B) força ⇒ (C) habilidade ⇒ (D) vantagem ⇒ (E) privilégio ⇒ (F) ambiente. (AMIRALIAN et. Al; 2000; p. 98).

Nesse sentido, são vários aspectos que devem ser analisados para que se possa chegar a uma conclusão precisa que venha a determinar qual o tipo de deficiência a pessoa possui, e tudo isso só é possível diante da análise e compreensão sobre as conceituações e suas classificações de forma aprofundada. A utilização do ICIDH é um dos fatores primordiais de desenvolvimento diante da análise conceitual e classificatória, tendo em vista a especificidade de cada ser humano, limitações diferentes uns dos outros e entre outros aspectos.

Ainda foi trazido o termo desvantagens, o qual dispõe sobre a análise das potencialidades das pessoas com deficiência, não sendo requisito para verificação quanto a estas as suas desvantagens, como já conceituado inicialmente, sendo imprescindível dispor sobre: “Dimensões da deficiência: locomoção, motricidade fina, cuidados pessoais, continência urinária e fecal, audição, visão, comunicação, aprendizagem, comportamento e integração social, saúde física, consciência; o grau de severidade; as desvantagens em relação ao ambiente” (AMIRALIAN et. Al.; 2000; p. 99).

Parâmetros estes que influenciam de forma direta na análise, pois, passa a se conhecer o ser humano em si diante do seu cotidiano e tudo que consegue ou não desenvolver de habilidade, realizar atividades, interações com terceiros, vida pessoal e social e entre outros.

4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR

Ainda hoje enfrentam-se diversos desafios para que as pessoas com deficiência alcancem seu lugar no que diz respeito a educação, mas é perceptível durante toda a trajetória da pessoa com deficiência na humanidade, o avanço no sistema educacional para inseri-los nesse ambiente.

O movimento mundial conhecido como inclusão social, abriu espaço para o termo educação inclusiva que serve como crítica as práticas passadas em que colocava essas pessoas num viés de marginalização dos seus direitos, inclusive no que se dizia educação especial. A definição de educação especial gera um certo conflito no processo de inclusão educativa, sendo vista mais como um ato segregacionista para as pessoas com deficiência, do que uma preocupação em oferecer ações e serviços de qualidade para a educação destes.

Nesse sentido, vários movimentos foram criados na intenção de que as pessoas com deficiência tivessem seus direitos e acesso à educação de qualidade e oferecidas as estruturas necessárias para isso.

Abaixo encontram-se listados alguns desses movimentos:

Quadro 1: Principais movimentos em prol da Educação Inclusiva

Ano	Fatos marcantes na educação especial
1961	Lei 4.024 de Diretrizes e Bases para a Educação: Art. 88- A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Art. 89- Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961).
1971	Lei 5.692 de diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus: Art. 9º- Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971).
1988	Constituição Federal Brasileira, Art. 208: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1998).
1990	Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Goten, Tailândia) (UNICEF, 1990).
1990	Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Art. 54- É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1990).
1994	Declaração de Salamanca na área das necessidades educativas especiais (Salamanca, Espanha) (UNESCO, 1994).
1996	Lei nº 9394/96- Atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Pela primeira vez no Brasil, uma LDB tem um capítulo reservado à Educação Especial, cujos detalhamentos são fundamentais (BRASIL, 1996).
2001	Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001: Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001).

Fonte: RODRIGUES e LIMA (2017)

A Declaração de Salamanca é umas das mais mencionadas no que se refere as novas concepções de educação dos alunos com deficiência. Este documento, conforme (PEREIRA, 2017), constitui uma referência incontornável no percurso de uma escola inclusiva. Esta declaração situa a questão dos direitos das crianças e jovens com NEE no contexto mais vasto dos direitos do homem (...).

Sobre a Declaração de Salamanca, pontua-se ainda:

[...] para que a possibilidade de sucesso nas escolas regulares possa concretizar, esta deve adequar-se às crianças e jovens com NEE, através duma pedagogia neles centrada e capaz de ir ao encontro dessas necessidades. (...). Os sistemas de educação devem ser planeados e os programas devem ser implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades. (PEREIRA, 2017, p. 94).

Vale lembrar também do Estatuto da Pessoa com Deficiência criado no Brasil, afim de adequar os sistemas organizacionais, sociais e políticos, para priorizar e disponibilizar serviços e estruturas que facilitem o cotidiano das pessoas com deficiência na sociedade. O Estatuto institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, capítulo IV, dispõe dos direitos à educação, em que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Todos esses movimentos contribuíram significativamente para que a educação inclusiva alcançasse os parâmetros hoje disponíveis para as pessoas com deficiência. Ressalta-se que, a educação inclusiva e o atendimento das especificidades dos alunos permeiam todos os níveis de ensino da Educação Infantil ao Ensino Superior, contemplando a educação de jovens e adultos, o ensino profissionalizante e de grupos étnicos como quilombolas e indígenas. (SILVA et al., 2019).

De acordo com (CHAHINI, 2016, p. 79) no ano de 1996, a LDB/96 configura o ensino médio como uma etapa de aprofundamento e de consolidação do ensino fundamental, com vistas à preparação básica para o trabalho e para a cidadania. Dispõe, ainda, que a educação profissional deverá estar integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia(...).

O direito ao acesso, à permanência e ao atendimento especializado são assegurados pela Legislação Federal em todos os níveis de ensino às pessoas com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento pleno, bem como o exercício de sua cidadania e qualificação laboral

O Ensino Superior torna-se uma porta de entrada para estas pessoas ao mercado de trabalho, uma oportunidade que antes não lhes era concedida por motivos já citados. Com base em todo histórico e respaldadas pelas normas vigentes, criaram-se estratégias para garantir a entrada e permanência de alunos com deficiência e/ou NEE nas instituições de nível superior. Essas condições podem ser encontradas no aviso circular nº 277/MEC/GM.

Declarando que:

Observa-se aqui uma preocupação com o acesso desses alunos ao processo seletivo vestibular e com a operacionalização das estratégias utilizadas nesse processo, além da preocupação com a infraestrutura das referidas instituições bem como a capacitação de recursos humanos, visando a um melhor atendimento às necessidades educacionais específicas de alunos com deficiência, possibilitando a permanência deles mesmos, em certos cursos. (CHAHINI, 2016, p. 51).

A educação inclusiva no ensino superior, ainda passa por adequações para que possa ensino de qualidade aos alunos com deficiência e/ou NEE. Há muito o que conseguir para transpor as barreiras no processo de educação inclusiva, mas é possível ver uma grande comoção para se adequar e garantir os direitos destas pessoas dentro das instituições de nível superior, conforme as normas vigentes e as criadas pelas próprias instituições. É necessário uma maior compreensão e envolvimento de todos no que tange esse assunto, para que em conjunto se trabalhe afim de garantir cada vez mais o ingresso e permanência delas no ensino superior.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa se desenvolve a partir do seguinte problema de pesquisa: averiguar o desempenho da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em receber e incluir as pessoas com deficiência no meio acadêmico de forma segura e eficaz. Também se desenvolve a partir do objetivo que é fazer uma breve análise de como tem se desenvolvido e a importância da Universidade em relação à inclusão da pessoa com deficiência (PcD) na sociedade acadêmica, tendo como objeto de estudo a Diretoria de Acessibilidade – Campus São Luís, levando em consideração a gestão acadêmica, estratégias, desafios e projetos, os meios que são utilizados para oferecer um ensino de qualidade e de forma adequada aos seus alunos em questão, bem como as dificuldades ainda enfrentadas quando se trata de tal assunto.

5.1 Tipo de pesquisa

Para a construção do referencial teórico foram realizadas pesquisas em livros, artigos científicos e *websites* sobre história da pessoa com deficiência, classificação e conceitos sobre deficiência e educação inclusiva no ensino superior.

Foi elaborado referencial teórico, realizando-se uma pesquisa bibliográfica que consiste em uso de material acessível ao público como, livros e artigos publicados. A pesquisa também é qualitativa de pesquisa de campo, que consiste na investigação onde ocorre o fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo, que pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação (VERGARA, 1998).

Por fim, faz-se uma análise de conteúdo que “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores” (MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 167).

5.2 Instrumento de Coleta

Para a elaboração desta pesquisa foi utilizado o método da entrevista com roteiros de perguntas semiestruturadas que é uma forma de se obter e explorar mais amplamente uma questão, além da possibilidade das perguntas serem abertas e que podem ser respondidas como em uma conversa informal (MARCONI E LAKATOS, 2003).

A escolha do método da realização de entrevista, se deu por apresentar algumas vantagens como: maior flexibilidade; o entrevistador pode esclarecer perguntas; observação de comportamento do entrevistado; obtenção de dados que não são encontrados em fontes documentais; obtenção de informações mais precisas. (MARCONI E LAKATOS, 2003).

Foram adotados os seguintes procedimentos para a entrevista: preparação do questionário da entrevista com perguntas voltadas para a resolução de problema da pesquisa (Apêndice B), contato com o departamento de acessibilidade da UFMA, execução e coleta de dados por meio de gravação eletrônica, autorizadas mediante assinatura do entrevistado, conforme Termo de Autorização (Apêndice A).

Posteriormente, foi transcrita a entrevista com objetivo de analisar as respostas do entrevistado durante a realização do estudo (Apêndice D).

5.3 Tratamento dos Dados

O questionário da entrevista foi formado por um conjunto de perguntas semiestruturadas que propiciaram a análises a partir do ponto de vista do entrevistado a respeito da inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência na universidade. As perguntas que formam a entrevista propiciaram ainda análises de verificação da aplicabilidade de gestão acadêmica, estratégias e projetos. A coleta dos dados se deu no período de dezembro de 2023.

6 RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise feita baseada na entrevista, análise esta que mostra a concepção do entrevistado no que tange a inclusão, acessibilidade, projetos e ações de acompanhamento.

6.1 Concepção sobre educação inclusiva

Foi perguntado à diretora de acessibilidade como tem sido o processo de inclusão das pessoas com deficiência na universidade durante todos esses anos. Ela afirma que se trata de um processo contínuo, no qual se reúnem desde 2009 quando existia o Núcleo de Acessibilidade, onde faz-se o acompanhamento dos alunos que entram na universidade pelo sistema de cotas. Se responsabilizando pela recepção, acolhimento e em iniciar o processo de acompanhamento desses alunos do momento em que passam a integrar o ambiente acadêmico e durante toda a sua permanência na instituição.

Foi pontuado que nem todos os discentes buscam por esse acompanhamento e apoio, ou por não precisarem ou acabam deixando para o final da graduação para o Trabalho de Conclusão de Curso e que, na verdade, primam por essa atitude em quaisquer setores, pois entende-se como um ato de independência e autonomia destes.

A estruturação dos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais, [...], demarcam um período de conquistas e de direitos das pessoas, consideradas público-alvo da Educação Especial, em relação ao acesso, à permanência e ao atendimento educacional especializado, na Educação Superior. (CHAHINI, 2016, p. 94).

Em relação aos desafios enfrentados pela DACES para oferecer uma educação de qualidade aos seus alunos, atribui que o maior desafio o qual chamam de barreiras, é com o capital/corpo humano sendo vistas como barreiras atitudinais. Estão relacionadas diretamente ao comportamento das pessoas diante da pessoa

com deficiência. Que poderiam ser mais receptivas, mais compreensivas entenderem que é possível ser acessível para com estas pessoas de diversas maneiras, seja com palavras, com o sorriso ou mesmo com orientações que possam melhorar o desenvolvimento de determinadas atividades junto à PCD.

[...] Desafio que a gente chama são as barreiras, que são os obstáculos, certo? Então a maior dificuldade que encontramos é com o corpo humano, com o capital humano, com as pessoas, né? São o que a gente chama de barreiras atitudinais. São as atitudes, são as pessoas serem mais receptivas, compreenderem melhor que é possível a gente ser acessível com as palavras, é possível ser acessível com o nosso riso. (DIRETORA da DACES/UFMA).

As considerações da diretora vão de encontro com que CHAHINI (2016), cita quando diz que essas barreiras são bem mais difíceis de serem superadas, pois dependem do conhecimento aliado à sensibilidade e ao bom senso, das pessoas, do profissionalismo dessas, da ética, do comprometimento, entre outros.

Em seguida, foram pontuadas as estratégias desenvolvidas até então, para garantir uma formação profissional adequada a esses discentes. Enfatiza-se que a contribuição da DACES diz respeito ao apoio prestado para facilitar o processo ensino-aprendizagem desse grupo em específico. Juntamente com o corpo docente, organizam os materiais a serem utilizados em sala ou fora dela para que possam ser adequados segundo às necessidades dos alunos.

Como exemplo a diretora menciona que contam com transcritores responsáveis por adaptar livros, artigos e textos, para o braile ou para o software criado como leitor de telas, o NVDA – NonVisual Desktop Access. A diretora da DACES ressalva o crescimento da acessibilidade dentro do campus universitário, quando destaca:

Eu vejo que já crescemos muito. Muitos colegas já fazem trabalhos assim, grandes dentro da universidade, nós temos a TV UFMA, que implantou o jornal com a interpretação em libras, temos o projeto Maranhão em sinais que catalogou os sinais nos municípios maranhenses, temos pesquisas na área da linguística, [...] então são frequentes ações para a gente formar pessoas, para justamente, que elas compreendam que ser acessível, ser inclusivo é uma questão de atitude humana, independentemente de a legislação obrigar. Mas é sempre bom lembrar que além de ser obrigatório, é uma questão civil, uma questão de cidadania. (DIRETORA da DACES/UFMA).

Portanto, todo o apoio oferecido aos alunos com deficiência dentro da universidade pela DACES tem sido de grande valia para o desenvolvimento de ações que propaguem os direitos das PcD no ensino superior. Sendo notável como se organizam para oferecer melhores condições, visando a total e plena capacitação profissional de seus alunos por meio de recursos materiais e humanos.

Embora existam barreiras que impeçam o processo inclusivo de ser totalmente aplicado dentro do ambiente acadêmico, no que se refere as atitudes comportamentais de outros. Trazendo a necessidade de que se trabalhe mais nessa temática das relações pessoais junto às pessoas com deficiência na universidade.

A diretora foi questionada sobre como a universidade vem lidando com inclusão de pessoas com deficiência. Para ela o processo de inclusão é contínuo e se dá por meio de cotas, a administração da universidade dá todo um suporte para que estes alunos sejam acolhidos da melhor maneira possível. A entrevistada frisa que um dos grandes desafios para o acesso destes alunos é o capital humano, onde classifica que precisam ser mais receptivas dando maior suporte a este público.

A diretora ainda cita que há profissionais com deficiência visual que trabalha no administrativo.

Na administração temos uma pessoa com deficiência visual que é assistente administrativo, duas auxiliares administrativas (DIRETORA da DACES/UFMA).

A inserção dessas pessoas, reforça as ideias de inclusão citado por PACHECO e ALVES (2007), quando cita que a inclusão está apoiada no princípio da igualdade de direitos para que as pessoas possam participar da sociedade.

6.2 Concepção sobre ações de acompanhamento

A diretora foi questionada quanto as ações de acompanhamento oferecidas para esses alunos pelo curso dentro e fora da sala de aula, e ela relatou que hoje

a universidade conta com a diretoria de acessibilidade que antes não tinha. Que materiais são emprestados, como lupa e notebooks, que o desafio seria mesmo a questão da conservação desses materiais, que por vezes voltavam com avarias e defeitos, ou até mesmo nem retornavam ao núcleo, impossibilitando a continuação de sua utilidade.

[...] Então temos alguns recursos, nós emprestamos aos alunos, né? Como lupa, emprestamos. Também nós emprestamos notebooks, não estamos emprestando mais por conta dessas questões de retorno dos notebooks, estavam voltando com avarias, já teve notebook que sumiu, entendeu? a gente disponibiliza quando eles vem aqui, na biblioteca tem assistência pra eles [...] (DIRETORA da DACES/UFMA).

Na entrevista, a diretora pode dizer também que hoje a universidade possui salas de apoio e acessibilidade em cada prédio onde há profissionais que prestam esse acolhimento. E também menciona que uma das estratégias, é contar com o apoio dos transcritores que fazem as adequações em braile e adaptam os textos para serem lidos com o leitor de tela.

Na verdade, o que a gente contribui é com a parte de apoio por exemplo nós temos os transcritores, os livros, os artigos, os textos que os professores mandam eles fazem adequações em braile, ou pra adequar para os alunos usarem pra serem lidos com o leitor de tela [...] (DIRETORA da DACES/UFMA).

O que se encaixa perfeitamente no que queria dizer o autor CHAHINI (2016), quando ele cita que adequações devem ser feitas para que se possa oferecer um ensino de qualidade aos alunos com deficiência e assim ter como objetivo, transpor as barreiras do processo de educação inclusiva na universidade de ensino superior.

6.3 Concepção sobre projetos

Foi questionado à diretora sobre os projetos de acessibilidade que a universidade dispõe para estes alunos e de que maneira contribuem para o aprendizado dos mesmos.

A entrevistada afirmou que os projetos são pautados principalmente em pesquisa. Os alunos tem acesso por meio de inscrição, além de serem contemplados com auxílios bolsas, tendo assim participação ativa nos projetos oferecidos.

Os projetos de pesquisas coordenados pelos professores da universidade e os alunos de modo geral que são de suma importância no processo de inclusão e acessibilidade, para que a universidade possa evoluir de acordo com as demandas dos alunos.

[...] tem projetos de pesquisa, abrem o edital de convocação, eles se escrevem e participam da seleção. [...] tem o programa de bolsas, que contempla. [...] (DIRETORA da DACES/UFMA).

Ainda foi perguntado a entrevistada quais profissionais integram o núcleo de acessibilidade. Foi identificado que o departamento é composto por profissionais como, transcritores, intérprete de libras, assistentes sócias, pedagogos e psicólogos, além de profissionais que fazem acompanhamento, orientação e atendimento.

Percebe-se então que há uma preocupação com o aprendizado destes alunos por meio dos projetos e profissionais qualificados para atender esta demanda, indo de encontro com as ideias de CHAHINI (2016), quando afirma que a universidade cria estratégias para garantir a entrada e permanência de alunos com deficiência, além de promover oportunidade para a entrada destas pessoas ao mercado de trabalho.

Foi questionado sobre o quantitativo de alunos com deficiência matriculados, na UFMA, após consulta no portal da universidade, verificou-se que há um total de 616 alunos, divididos estes deficientes físicos, auditivos, visuais, intelectuais, TEA, e múltipla deficiência. Desta maneira constatou-se que os dados revelados na entrevista estão de acordo com as premissas de CHAHINI (2016), quando cita o direito ao acesso, à permanência que são assegurados pela Legislação Federal às pessoas com deficiência ou com necessidades educacionais específicas.

Entende-se então que a partir das análises das entrevistas, que a participação, inclusão e acessibilidade de alunos no ensino superior da UFMA de forma geral é eficiente e trazem benefícios e desenvolvimento para os mesmos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deficiência ao longo da história foi vista como algo que impedia o indivíduo de conviver em sociedade e por muitas vezes ou quase sempre tiveram seus direitos desrespeitados. Com o passar dos séculos várias foram as conquistas das pessoas com deficiência a mudança de comportamento da sociedade em relação a este grupo mudou embora ainda exista muito a ser feito.

Por meio das análises desenvolvidas pelo estudo, observou-se que a universidade possui recursos para a aplicações voltadas ao acompanhamento, desenvolvimento e acessibilidade dos alunos com deficiência. Em relação a percepção da entrevistada no que tange a inclusão, acessibilidade, projetos e ações de acompanhamento, relata que a universidade conta com a diretoria de acessibilidade dando todo suporte necessário, tanto de equipamentos como de bolsas estudantis, bem como salas de apoio e acessibilidade em todos os prédios da instituição. Contudo, um dos grandes desafios para o acesso destes alunos citados pela entrevista ainda é o capital humano, que precisa ser mais receptivo dando maior suporte a este público.

De acordo com as temáticas discutidas nesta pesquisa, a inclusão e acessibilidade tem por objetivos colocar as pessoas com deficiência no ensino superior em nível de igualdade na sociedade, tendo seus direitos reconhecidos.

Contudo, a pesquisa apresenta algumas limitações como dificuldade no agendamento com entrevistados. Outra limitação foi ter ouvido apenas a diretora do departamento de acessibilidade, podendo abranger cada diretoria de prédio da universidade para assim obter-se mais informações precisas.

Outro fator que contribuiu na limitação foi, o tempo de pesquisa que teve de ser realizada em um curto período, podendo assim abranger os cursos da UFMA.

Por meio das entrevistas com a diretora, foi possível atingir o objetivo geral desta pesquisa, que foi desenvolver um estudo acerca da do desempenho da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em receber e incluir as pessoas com deficiência no meio acadêmico de forma segura e eficaz, bem como compreende as premissas da gestão de pessoas com deficiência; versar sobre história da deficiência; os meios que são utilizados para oferecer um ensino de qualidade e de forma adequada aos seus alunos em questão e as dificuldades ainda

enfrentadas quando se trata de tal assunto

Neste contexto, entende-se que esta pesquisa se torna mais um instrumento que pretende contribuir para o desenvolvimento de pontos a serem trabalhados na acessibilidade de deficientes no ensino superior

Diante disso, propõe-se que se realize estudos futuros relacionados acessibilidade de deficientes no ensino superior. Espera-se que os próximos estudos relacionados com esta temática, possam ser direcionados a uma abrangência maior e que possam ser ouvidos todos profissionais que estão diretamente ligados a este setor nas universidades.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lt. PINTO, Elizabeth B. GHIRARDI, Maria Ig. MASINI, Elcie Fs. PASQUALIN, Luiz. **Conceituando deficiência**. Revista de saúde pública. Laboratório Interunidades de Estudos sobre deficiências do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP. Volume 34, Número 1, Fevereiro 2000, p.97-103. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rsp/a/HTPVXH94hXtm9twDKdywBgy/>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto escola viva**: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>. Acesso em 11 de novembro de 2023.

BRASIL. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais. Orientações gerais e marcos legais. Brasília: 2004.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Subprocuradoria geral do trabalho. Conselho do CONADE.

PEREIRA, Márcio. **A história da pessoa com deficiência**. ISSN:2317-5265 – v. 8, n. 5 (2017) – UEMG – Claúdio. Ciências gerenciais em foco. Disponível em . Acesso em 12 de novembro de 2023.

Regulamentação de artigos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, 2023. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/regulamentacao-de-artigos-da-lei-brasileira-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia>.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

CHAHINI, Telma Helena Costa. **O percurso da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior** – 1ed – Curitiba : Appris 2016.

Aviso circular nº 277/mec/gm. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>

VERGARA, Silvia Constant; **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. Atlas, 1998.

CIENTÍFICA, Metodologia. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

APÊNDICE A – Autorização para a realização das entrevistas

Prezado (a) Sr. (a) _____, agradeço a atenção e a contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa científica, orientada pelo Prof. Dr. Cairo Cezar Braga de Sousa, para obtenção do grau de bacharel em Hotelaria, da Universidade Federal do Maranhão.

Quanto ao objetivo de pesquisa, pretende-se: desenvolver um estudo acerca da *inclusão da pessoa com deficiência na Universidade Federal Do Maranhão, na perspectiva da Diretoria de Acessibilidade – Campus São Luís: estratégias e desafios*.

A entrevista em média, terá duração de 30 minutos, pautada por assuntos referentes à gestão acadêmica, estratégias, desafios e projetos relacionados às pessoas com deficiência.

Solicita-se autorização para gravar o conteúdo da entrevista, na certeza de que a gravação poderá ser interrompida a qualquer momento, de acordo com sua determinação.

Após a entrevista, os dados serão transcritos, analisados e publicados. Por isso também solicita-se a autorização para utilizar o áudio em apresentações, eventos e outras publicações científicas.

Para dar andamento ao projeto, peço que avalie a proposta, preencha um dos tópicos a seguir, assinale e date este documento.

() Autorizo a gravação da entrevista relacionada acima, assim como a utilização das imagens, sons da mesma em apresentações, eventos e publicações científicas.

() Autorizo a gravação da entrevista relacionada acima, assim como a utilização das imagens, sons da mesma em apresentações, eventos e publicações científicas, **porém solicito que meu nome não seja citado no trabalho.**

() Autorizo a gravação da entrevista relacionada acima, assim como a utilização das imagens, sons da mesma em apresentações, eventos e publicações científicas, **porém solicito que nenhum dos nomes ou instituições por mim mencionados sejam citados no trabalho.**

Ciente: _____ Data ____/____/____

Comprometo-me, finalmente, a enviar uma cópia deste termo (com assinatura, os dados documentais e o número de telefone do pesquisador, bem como do orientador do projeto) para seu controle e a fim de que eventuais dúvidas sejam sanadas a qualquer momento.

Agradeço e subscrevo-me.
Atenciosamente,

Ariane Vieira Barros
Celular (98) 98713-8837

APÊDICE B – Questionário da entrevista

Foi realizada uma entrevista com a diretora da Diretoria de acessibilidade da UFMA (DACES) selecionada para o estudo. O nome e informações da entrevistada não são identificados. O questionário da entrevista apresenta as seguintes perguntas:

1. Como a universidade vem lidando ao longo dos anos com a educação inclusiva?
2. Quais os principais desafios enfrentados para oferecer uma educação de qualidade às pessoas com deficiência nos dias atuais dentro da UFMA?
3. Quais as ações de acompanhamento oferecidas para esses alunos dentro e fora da sala de aula?
4. Como a UFMA avalia o desenvolvimento dos alunos com deficiência e como tem sido o desempenho desses estudantes de acordo com os critérios estabelecidos pela universidade?
5. Como tem sido o desempenho desses estudantes de acordo com os critérios estabelecidos pela universidade?
6. Atualmente existem projetos em que esses alunos estejam inseridos de forma ativa?
7. Que estratégias são ou estão sendo desenvolvidas para alcançar cada vez mais um ensino de qualidade que contribua para a formação profissional dos estudantes com deficiência?
8. Qual sua percepção em relação ao acolhimento desses alunos de forma geral?
9. Tem sido oferecida uma boa assistência e estrutura na visão da universidade? Quais?
10. Quantos e quais profissionais são disponibilizados para atender aos alunos com deficiência?

11. Quantos alunos com deficiência estão matriculados atualmente na UFMA?
Quanto são classificados como deficientes físicos, intelectuais e sensoriais?
12. Que métodos são oferecidos para a capacitação de professores para um melhor atender dos alunos com deficiência e suas demandas?

APÊNDICE C – Autorização para realização da entrevista

Prezado (a) Sr. (a) Maria Nilza Oliveira Quixaba, agradeço a atenção e a contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa científica, orientada pelo Prof. Dr. Cairo Cezar Braga de Sousa, para obtenção do grau de bacharel em Hotelaria, da Universidade Federal do Maranhão.

Quanto ao objetivo de pesquisa, pretende-se: desenvolver um estudo acerca da inclusão das pessoas com deficiência na Universidade Federal do Maranhão e no Curso de Hotelaria da mesma. Tendo como título: *A inclusão da pessoa com deficiência na Universidade Federal Do Maranhão, na perspectiva da Diretoria de Acessibilidade – Campus São Luís: estratégias e desafios*.

A entrevista em média, terá duração de 30 minutos, pautada por assuntos referentes à gestão acadêmica, estratégias, desafios e projetos relacionados às pessoas com deficiência.

Solicita-se autorização para gravar o conteúdo da entrevista, na certeza de que a gravação poderá ser interrompida a qualquer momento, de acordo com sua determinação. Após a entrevista, os dados serão transcritos, analisados e publicados.

Por isso também se solicita a autorização para utilizar o áudio em apresentações, eventos e outras publicações científicas.

Para dar andamento ao projeto, peço que avalie a proposta, preencha um dos tópicos a seguir, assinale e date este documento.

(x) Autorizo a gravação da entrevista relacionada acima, assim como a utilização das imagens, sons da mesma em apresentações, eventos e publicações científicas.

() Autorizo a gravação da entrevista relacionada acima, assim como a utilização das imagens, sons da mesma em apresentações, eventos e publicações científicas, porém solicito que meu nome não seja citado no trabalho.

() Autorizo a gravação da entrevista relacionada acima, assim como a utilização das imagens, sons da mesma em apresentações, eventos e publicações científicas, porém solicito que nenhum dos nomes por mim mencionados sejam citados no trabalho.

Ciente:  Documento assinado digitalmente
MARIA NILZA OLIVEIRA QUIXABA
Data: 08/01/2024 10:23:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br> Data ____ / ____ / ____

Comprometo-me, finalmente, a enviar uma cópia deste termo (com assinatura, os dados documentais e o número de telefone do pesquisador, bem como do orientador do projeto) para seu controle e a fim de que eventuais dúvidas sejam sanadas a qualquer momento.

Agradeço e subscrevo-me.
Atenciosamente,



Ariane Vieira Barros
Celular (98) 98713-8837

APÊNDICE D – Transcrição da entrevista

Pesquisadora: Como a universidade vem lidando ao longo dos anos com a educação inclusiva?

Diretora: Na verdade é um processo contínuo, então desde 2009 que o núcleo de acessibilidade da UFMA que eles vem se reunindo. Porque a gente acompanha os alunos que entram no processo de cotas, a gente já recebe faz o acolhimento e já faz o processo de acompanhamento. Tem alunos que não precisam, mas tem outros que buscam, tem outros que buscam só lá no TCC. Então na verdade a gente prima por isso. Não só aqui, mas em outros setores. Aí depois, em 2019, passou a ter a diretoria de Acessibilidade ganhou mais um apoio administrativo. Melhor né, então assim que a gente entende é que além de nós, também tem a pesquisa científica, tem os projetos de pesquisa dos professores da universidade, tem também os alunos que já se formaram e tem aluno entrando continuamente, então a universidade vai evoluir de acordo com as demandas.

Pesquisadora: Quais os principais desafios enfrentados para oferecer uma educação de qualidade às pessoas com deficiência nos dias atuais dentro da UFMA?

Diretora: Desafio que a gente chama são as barreiras, que são os obstáculos, certo? Então a maior dificuldade que encontramos é com o corpo humano, com o capital humano, com as pessoas, né? São o que a gente chama de barreiras atitudinais. São as atitudes, são as pessoas serem mais receptivas, compreenderem melhor que é possível a gente ser acessível com as palavras, é possível ser acessível com o nosso riso. É possível ser acessível com uma dica de orientação de como melhor desenvolver determinada atividade. Isso tudo é acessibilidade. Então eu vejo que nós crescemos muito e muitos colegas já fazem trabalhos muito grandes assim dentro da universidade. Como nós temos a TV UFMA, que colocou o jornal com a interpretação em libras, nós temos o projeto Maranhão Ensinar, que catalogou os sinais dos municípios maranhenses.

Pesquisadora: Quais as ações de acompanhamento oferecidas para esses alunos dentro e fora da sala de aula?

Diretora: Olha aqui, hoje temos a diretoria de acessibilidade. Ela trabalha é pra dar orientação e acompanhamento, né? Então temos alguns recursos, nós emprestamos aos alunos, né? Como lupa, emprestamos. Também nós emprestamos notebooks, não estamos emprestando mais por conta dessas questões de retorno dos notebooks, estavam voltando com avarias, já teve notebook que sumiu, entendeu?

Pesquisadora: Como a UFMA avalia o desenvolvimento dos alunos com deficiência e como tem sido o desempenho desses estudantes de acordo com os critérios estabelecidos pela universidade?

Diretora: Tem a equipe multiprofissional, a pedagoga, a assistente social, a psicóloga que fazem o acompanhamento desses alunos e seus coeficientes podem ser vistos no SIGAA.

Pesquisadora: Atualmente existem projetos em que esses alunos estejam inseridos de forma ativa?

Diretora: Sim os professores que tem projetos de pesquisa, abrem o edital de convocação, eles se inscrevem e participam da seleção. Na PROAES Também tem o programa de bolsas, que contempla e inclusive temos o Edilson que tem deficiência visual e é contemplado.

Pesquisadora: Que estratégias são ou estão sendo desenvolvidas para alcançar cada vez mais um ensino de qualidade que contribua para a formação profissional dos estudantes com deficiência?

Diretora: Na verdade, o que a gente contribui é com a parte de apoio por exemplo nós temos os transcritores, os livros, os artigos, os textos que os professores mandam eles fazem adequações em braile, ou pra adequar para os alunos usarem pra serem lidos com o leitor de tela, o MTDA. Se você coloca o MPDA pra ler uma tabela, ele não vai ler horizontal, vai ler sempre vertical.

Pesquisadora: Qual sua percepção em relação ao acolhimento desses alunos de forma geral?

Diretora: Estamos com um projeto de acessibilidade, pra criamos um núcleo em cada departamento. Com relação a orientação, a disposição dos interpretes de libras.

Pesquisadora: Tem sido oferecida uma boa assistência e estrutura na visão da universidade? Quais?

Diretora: Em relação a estrutura da UFMA, temos vistos algumas adequações e também esperamos recursos financeiros do governo federal, pra que a parte que não é considerada acessível, se torne acessível, porque a realidade não é só da UFMA é uma realidade nacional.

Pesquisadora: Quantos e quais profissionais são disponibilizados para atender aos alunos com deficiência?

Diretora: Nós temos profissionais organizados por categoria, temos 6 transcritores, um faleceu da COVID, o outro aposentou, agora nós temos 4. Nosso maior número de atendimentos são de alunos com deficiência visual. Temos 4 transcritores, 9 interpretes de libras, temos uma equipe multiprofissional com p+ de apoio educacional, duas assistentes sociais, uma pedagoga, e um psicólogo. Na administração temos uma pessoa com deficiência visual que é o Tiago que é assistente administrativo, duas auxiliares administrativas, que é a Daiane e a Fernanda. Que trabalham diretamente comigo com as demandas administrativas, com ofícios, encaminhamentos. Nós temos os transcritores que trabalham com a adequação de materiais na área da deficiência visual, temos os interpretes de libras que fazem a mediação da comunicação entre interpretes e ouvintes. Também nos dão

apoio nas questões relativas aos deficientes auditivos. E temos a equipe multiprofissional que presta esse acolhimento, acompanham os projetos, orientam, em relação ao atendimento com o psicólogo e o acompanhamento das assistentes sociais com os alunos, faz a mediação e passa orientações aos profissionais em como proceder em diversas situações que acontecem.

Pesquisadora: Quantos alunos com deficiência estão matriculados atualmente na UFMA? Quantos são classificados como deficientes físicos, intelectuais e sensoriais?

Diretora: Esses dados estão no site da DACES no portal da UFMA.

Pesquisadora: Que métodos são oferecidos para a capacitação de professores para um melhor atender dos alunos com deficiência e suas demandas?

Diretora: A gente oferece ciclos de debates inclusivos que a gente começou fazendo todo mês e depois passou a ser de dois em dois meses e depois divididos por equipes, e nesse ano passado junto ao projeto oferecemos o módulo de educação especial dentro da ambientação docente que é um curso pra pessoas que ta entrando na universidade. Oferecemos o ensino a distância com orientações didáticas que eu ministrei e teve um procura muito grande desse curso e temos o seminário de acessibilidade. Foram ações formativas, isso sem falar nos que a gente foi convidado pra fazer participação, esse ano me chamaram pra palestrar no ministério público, participamos do primeiro encontro dos núcleos de acessibilidade do nordeste. Participamos da rede Redef (Rede de enfrentamento a pessoas com deficiência que é uma parceria com o Governo do Estado do Maranhão).